

# CONJUNTURA SUL-AMERICANA PÓS-PANDEMIA, UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

*Data de aceite: 02/10/2023*

**Alexandre Favaro Lucchesi**

**Jaime William de Andrade Charles**

**RESUMO:** Este artigo propõe verificar os impactos recorrentes de crises de magnitude econômica, política e sanitária, e agora os efeitos combinados à pandemia que dizimou milhares de vidas nos maiores países da América do Sul. O foco será em como determinados indicadores macroeconômicos se relacionam às interpretações de matiz cepalina e neoestruturalista de maneira representativa da dinâmica econômica da região, tendo por objetivo mostrar a trajetória interrompida de crescimento econômico, com as evidências da conjuntura política, social e econômica, as debilidades da região e destaque para a recorrência das questões sanitária (epidemias, endemias e agora a pandemia) e da estrutura produtiva. A partir de um levantamento de visões relevantes acerca da estrutura sul-americana em que pesa a formação latino-americana de modo geral, e de indicadores principais da conjuntura recente, percebemos que a principal dificuldade enfrentada na crise econômica

foi a sobreposição dos efeitos negativos do fechamento do comércio e da estrutura deficiente na maior parte da região, algo que evidenciou a dependência do primeiro setor e mesmo dos países avançados, inclusive pela via do “caos como método” de dominação.

**PALAVRAS-CHAVE:** abordagem cepalina e estruturalista; conjuntura econômica sul-americana; desenvolvimento econômico; crise econômica da pandemia

**ABSTRACT:** This paper proposes to verify the recurring impacts of economic crises, in its political and health magnitude, and now the combined effects of the pandemic that decimated thousands of lives in the largest countries in South America. The focus will be on how certain macroeconomic indicators relate to ECLAC and neostructuralist interpretations in a representative way of the region's economic dynamics, with the objective of showing the interrupted trajectory of economic growth, and evidence of the political, social and economic conjuncture, the weaknesses of the region and emphasis on the recurrence of health issues (epidemics, endemics and now the pandemic) and the productive structure. From a survey of relevant views about the

South American structure in which Latin American education in general weighs, and from main indicators of the recent conjuncture, we realized that the main difficulty faced in the economic crisis was the overlapping of the negative effects of the closure of trade and the deficient structure in most of the region, something that evidenced the dependence of the first sector and even of the advanced countries.

**KEYWORDS:** ECLAC and structuralist approach; South American economic situation; economic development; pandemic economic crisis

## INTRODUÇÃO

Os países sul-americanos têm sofrido impactos recorrentes de crises de magnitude econômica, política e sanitária, e agora os efeitos combinados à pandemia que dizimou milhares de vidas. O início da década de 2010 se mostrou bastante promissor para a região, porém desde 2014 a região tem enfrentado dificuldades, principalmente pelas quedas nos preços das commodities e como reflexo os impactos negativos sobre o ambiente econômico. Serão analisados como determinados indicadores macroeconômicos se relacionam às interpretações de matiz cepalina e neoestruturalista de maneira representativa da dinâmica da América do Sul, tendo por objetivo mostrar a trajetória interrompida de crescimento econômico, com as evidências da conjuntura política, social e econômica, as debilidades da região e destaque para a recorrência das questões sanitária (epidemias, endemias e agora a pandemia) e da estrutura produtiva. A primeira seção trará um levantamento de visões relevantes acerca da estrutura sul-americana em que pesa a formação latino-americana de modo geral, dando destaque às interpretações heterodoxas e estruturalistas. A segunda seção trará indicadores principais da conjuntura recente, focando nos elementos da última década e das maiores economias sul-americanas como Brasil, Argentina e Colômbia. Ao final, algumas considerações alinhadas ao cenário global.

## REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

### A contribuição da Cepal

As crises econômicas cíclicas, fora os constantes embates políticos e ideológicos, que acometeram a região da América do Sul e tiveram consequências sociais, políticas e econômicas remete à sua formação histórica enquanto colônias de exploração. Tinham foco na produção de gêneros que interessassem ao mercado internacional, valendo-se da diversidade de condições naturais, em comparação às europeias, sendo que produtos como o açúcar e outros produtos ofereciam altas taxas de retorno para quem neles investisse (LACERDA ET. AL., 2018, p. 6). Potencialmente lucrativos, esses produtos configuraram vantagens face às colônias de povoamento (IBID.), como Estados Unidos e Canadá, onde

o principal fator direcionador foram as perseguições religiosas, o excedente de mão-de-obra e a busca por terras mais férteis para o plantio, em que pesaram as mudanças no sistema agrícola inglês (IBID.)

Sabidamente o foco dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão regional da ONU, criado em 1948, foi pesquisar e realizar estudos econômicos para a promoção do desenvolvimento dos países latino-americanos. Prebisch (1949) denota a relação “centro-periferia” e utiliza o conceito de Deterioração dos Termos de Troca para analisar o comportamento das relações externas da América Latina com os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Historicamente produtores de bens de baixo valor agregado, baixa elasticidade renda e poucos insumos de produção, os países da região não constituíam parques industriais avançados, ficando estes nos países centrais. Eram consumidores de produtos importados de alto valor agregado e alta elasticidade renda dos países centrais, sujeitos ainda a maiores ganhos de produtividade com o progresso técnico, de maneira que o comércio exterior resultava em grande discrepância dos preços dos bens exportados e importados para os países periféricos.

Para Furtado (2020), construiu-se no Brasil, em resposta à crise econômica de 1929, o chamado modelo de “substituição de importações”, cuja origem está na emergência gerada pela queda nos preços da commodity transacionada em grande quantia na época, o café, e nas políticas de manutenção da renda via desvalorização cambial. Tal modelo teria logrado deslocar o centro-dinâmico da economia do eixo agrário-exportador para um voltado ao mercado interno, com a migração do capital agrícola para o novo mercado industrial. Medidas de intervenção estatal tiveram foco em políticas comerciais protecionistas para favorecer a produção e consumo internas de bens até então importados.

Nas décadas subseqüentes, o modelo de substituição de importações teria sucesso nos governos dos chamados líderes populistas Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, caracterizando um grande salto no sentido da industrialização desses países. A tomada do poder por ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 seria acompanhada de mais programas intervencionistas e nacionalistas, logrando inclusive bons resultados em termos de crescimento econômico. No entanto, as condições que favoreceram essa retomada foram criticadas por Serra e Tavares (1970), que apontaram as conseqüências de tal modelo ser concentrador de renda, e o ambiente político ser caracterizado pelo autoritarismo.

Uma característica central do método cepalino é o estudo da formação histórica por trás das oscilações econômicas enfrentadas pelos países. A importância da estrutura produtiva aliada à seqüência de acontecimentos determina arranjos cuja etapa de desenvolvimento se explica dentro de um encadeamento muito particular, de modo que os autores cepalinos adotam o método histórico-estrutural. Assim, a tese Prebisch-Singer da tendência estrutural de deterioração dos termos de troca fazia menção justamente à condição dos países periféricos no contexto do comércio internacional. Ao longo dos anos,

a teoria da dependência (MARINI; 2000) de matriz de pensamento marxista, assinalou, por sua vez, que os países latino americanos exerciam papel condicionado à dinâmica dos países centrais imperialistas, dentro do que se explicaria o processo de endurecimento dos regimes políticos pois determinados pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Cabe ressaltar que, nos anos 1980, a crise da dívida externa assolou grande parte dos países latino americanos devido ao movimento de elevação das taxas de juros pelos americanos, política do banqueiro central Paul Volcker conhecida como “dólar forte” e que possui um significado de retomada da hegemonia (TAVARES; 1985) financeira do país às portas do ressurgimento do liberalismo econômico com a ascensão ao governo de políticos como Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, no Reino Unido. A resposta dos latino americanos foi a de criar saldos exportadores capazes de honrar em divisas as necessidades de pagamentos do serviço da dívida contraída nos anos anteriores. A mudança de orientação do dinamismo produtivo caracterizou um reordenamento de tal ordem que, muito embora tenha sido possível ajustar os saldos para o cumprimento dos compromissos, a estratégia de desenvolvimento dos países foi abortada, de forma que muito se perdeu não apenas em projetos de desenvolvimento, mas também em debates (BIELSCHOWSKY; 2000).

## Os efeitos do Consenso de Washington

Em 1989, em Washington D. C., nos EUA, foi convocado pelo *Institute for International Economics* um encontro puramente acadêmico e sem natureza deliberativa, que tinha por objetivo avaliar as reformas econômicas, empreendidas nos países da América Latina. Mas acabou por formular um documento, que ficou conhecido como Consenso de Washington<sup>1</sup>, com recomendações cuja observância se tornou imprescindível à concessão de cooperação financeira externa, mormente através do FMI – Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Consenso obteve grande adesão das elites políticas, empresariais e intelectuais, de tal forma que passou a ser sinônimo de modernidade, considerando-se os que não se dispusessem a aderir à ideia de modernização pelo mercado como “dinossauros”. De acordo com o ideário do Consenso, a vocação do Brasil era voltar a ser exportador de produtos primários, como fora até 1950, em detrimento da industrialização. Não obstante, também foram defendidas no evento ideias diametralmente opostas, que emanavam da CEPAL, no que obteve amplo sucesso, a ponto de a CEPAL ter reformulado sua proposta de inserção internacional desses países,

---

1 A expressão “*Consenso de Washington*” foi criada por John Williamson, economista inglês, em 1990, originalmente para significar: “o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D. C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989.” Desde então a expressão “*Consenso de Washington*” fugiu ao controle de seu criador e vem sendo usada para abrigar todo um elenco de medidas e para justificar políticas neoliberais, com as quais nem mesmo Williamson concorda.

doutrina chamada neoestruturalista<sup>2</sup>.

De acordo com o ideário do Consenso, a vocação do Brasil era voltar a ser exportador de produtos primários, como fora até 1950, deixando de lado as iniciativas de industrialização. O sucesso do Consenso pode ser melhor compreendido, tendo-se em mente que a restauração neoliberal se dava em um período Pós-Guerra Fria, no qual os EUA eram governados por Ronald Reagan (1981-1989) e, o Brasil, por Fernando Collor (1990-1992), vigorando a chamada “*Pax Americana*”, com a vitória do mercado livre sobre o sistema comunista, representada pela Queda do Muro de Berlim.

A América Latina, que mantivera, até então, a postura de não-alinhamento automático aos EUA, passou a uma ostensiva aceitação da dependência, tendo sido proposta a criação da Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA), à qual o México aderiu imediatamente, o mesmo tendo ocorrido com diversos líderes políticos que governavam outros países, entre eles, Fernando Collor, que sequer se preocupavam em exigir reciprocidade, compensação ou ajuda financeira, na decisão de liberar o comércio exterior. A premissa do Consenso era a de que o Estado não estava mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania: o de fazer política monetária e fiscal, o que implicava a renúncia à soberania nacional, muito bem exemplificada pela vinculação formal do peso argentino ao dólar. Destaca-se a visão economicista dos problemas políticos e sociais (BATISTA; 1994), representado pela fórmula: capitalismo liberal primeiro, democracia depois, deixando de lado as reformas sociais, que deveriam ser procedidas sem o Estado, com a máxima descentralização do setor público, representada pela municipalização dos recursos e pela defesa do protagonismo de organizações sociais.

No caso específico do Brasil, país que tem um grande mercado interno, Batista (1994) questiona a necessidade de abertura ao mercado externo para o crescimento econômico, defendendo a ideia do modelo *export-led growth*<sup>3</sup>, consoante o qual o crescimento interno puxaria o crescimento das exportações. Os chamados “tigres asiáticos” não teriam crescido sem intervenção do Estado, mas apenas em razão da iniciativa privada, na verdade tinham um projeto próprio de desenvolvimento, tendo passado a competir no mercado externo mediante fortes subsídios oficiais e graças, principalmente, à criação de grandes empresas privadas internacionais. O Consenso partira de uma premissa de que a América Latina era hostil ao investimento direto estrangeiro, fazendo constar do receituário que a sua aceitação deveria ocorrer sem restrições, de tal forma que poderiam exportar bens, e não tecnologia, nem capitais, que permitissem que os países em que investiam desenvolvessem a capacidade de produzi-los.

A fim de mostrar que tal “receituário” não é seguido pelos países desenvolvidos<sup>4</sup>, os EUA controlam o investimento direto estrangeiro em seu território, pois sabem que esse

---

2 Para uma completa análise da evolução do pensamento cepalino, cf. BIELSCHOWSKY (2000).

3 Batista (1994) menciona duas receitas para o crescimento econômico. O modelo *import-led growth*, ou seja, importar para crescer e o modelo *export-led growth*, ou seja, crescer pela via da exportação.

4 Nesse sentido, cf. CHANG (2004).

tipo de investimento acaba por transferir para o exterior as decisões empresariais que podem ter reflexos para a sua economia e seus interesses internos. Pela mesma razão, controlam as suas próprias multinacionais no exterior, obrigando-as a aumentar a remessa de lucros e obedecer a determinações de sanções econômicas a países em relação aos quais os EUA tenham restrições políticas.

A abertura das economias latino-americanas foi obtida através da persuasão, sem que se possa olvidar, contudo, a pressão econômica ainda que indireta. A proposta consubstanciada no Consenso jamais fora adotada pelos EUA ou pelos outros países desenvolvidos, e a receita única para países em estágios de desenvolvimento totalmente distintos, como o Brasil, já substancialmente industrializado e o Uruguai, ainda na fase pré-industrial, é uma de suas principais incoerências<sup>5</sup>.

### **Integração latino-americana e questão política.**

Apesar dos esforços dos meios de comunicação para demonstrar o contrário, os resultados da aplicação da “receita” neoliberal do Consenso na América Latina mostraram-se modestos e foram limitados, citando, como exemplos de insucesso, o México e a Argentina. Dentre os países em desenvolvimento, os latino-americanos experimentaram combater a dependência mediante o processo de substituição de importações, em que pesaram também as políticas de protecionismo do mercado interno e de “repressão financeira”. Mas tal experimento, característico dos anos 1930, não obteve sucesso no contexto da globalização, de maneira que a posição inferior dessas economias na hierarquia de moedas do sistema monetário internacional do dólar flexível resultou em crises agudas de liquidez nos anos 1990 (EICHENGREEN; 2000, p.235-238).

A relativa bonança do cenário político dos anos 2000 entre os países latino-americanos ensejou a discussão no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), anteriormente designada por Comunidade Sul-Americana de Nações, organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul, em 1º de julho de 2010. Mais do que rever o arranjo do bloco do Mercosul, a iniciativa mirou os interesses soberanos dos países sul-americanos de uma integração mais estável política e economicamente (GADELHA; 2013). Mas os esforços de união foram interrompidos conforme tomaram forma eventos que acirraram as tensões interna e externamente. Sob a presidência de Donald Trump, os EUA tornaram-se avessos a políticas de pacificação na região, instigando, pelo contrário, posições diplomáticas de dissenso. Após a eleição de Joe Biden em 2020 e as consequências da pandemia de covid-19, um realimento é ensaiado inclusive para superar as divergências com a Venezuela, onde o presidente

---

<sup>5</sup> Para aprofundar a questão, cf. STIGLITZ (2002), obra na qual o autor, que tinha acabado de deixar cargos relevantes no Banco Mundial, destaca o efeito devastador que a aplicação linear das regras do Consenso e a globalização podem ter sobre os países em desenvolvimento, criticando as políticas do FMI, que considera antiquadas e inadequadas, principalmente por partirem da suposição de que os mercados, por si sós, geram resultados eficientes, sem necessidade de intervenção do Estado.

Nicolás Maduro, vendo seu governo ser contestado interna e externamente por apresentar todas as características de uma ditadura, tornou-se novamente um fornecedor alternativo de petróleo após a eclosão da guerra na Ucrânia<sup>6</sup>.

A eleição de Mauricio Macri em 2015 na Argentina ocorreu após grande comoção, no contexto de crise econômica, frente à resistência do eleitorado kirchnerista. Batista Jr. (2002) argumenta ser paradigmático o caso da Argentina porque, na condição de “laboratório” das recomendações do consenso de Washington na década de 1990, foram estabelecidas a “currency board” e a abertura de capitais, atrelando o caminhar monetário do peso ao dólar americano enquanto valessem tais medidas. O autor (IBID.; p.89) aponta que, devido à diversidade da pauta exportadora argentina, de outros parceiros comerciais que não os EUA, atrelar sua moeda ao dólar restringiu sobremaneira os mecanismos de ajustamento do comércio exterior. A taxa de câmbio valorizada provocou saldos negativos no balanço de pagamentos e a necessidade de elevar os juros, para conter a inflação, resultou em severa recessão. Em linhas gerais, a dita dependência monetária, ainda que tenha auxiliado a Argentina a controlar a inflação do peso, implicou também em dívida externa e estrangulamento da dinâmica interna, problemas recorrentes no governo de Alberto Fernandez desde 2019.

O Brasil conduziu em 2016 um processo de impeachment de sua presidente Dilma Rousseff, sem sucesso para apaziguar os ânimos entre o eleitorado de esquerda e de direita. A queda no crescimento global combinado com uma queda no consumo de commodities acabou por afetar as economias em desenvolvimento, cujo aqueles onde as exportações representam grande percentual do PIB, as exportações de produtos primários cresceram aproximadamente 18%, em 16 anos. Passando de 42% nos anos 2000 para mais de 60% em 2016, mostrando baixa dinâmica da manufatureira da economia brasileira assim como a da América Latina reforçando os laços históricos da região e um retrocesso das em relação ao período desenvolvimentista brasileiro (CORSI, SANTOS, CAMARGO, 2019).

Na Colômbia, os principais componentes do produto nacional, assim como quase que a totalidade dos países latinos e caribenhos está atrelado a venda de commodities. Os principais produtos exportados são minerais e vegetais (petróleo bruto, aglomerados betuminosos, nafta e carvão; café não torrado, flores e bananas) (ZABALA, 2020). Redondo Ochoa (2018) aponta que a mudança na pauta exportadora da Colômbia a partir dos anos 2000 teve participação estrangeira decisiva, principalmente companhias extrativas de petróleo e minérios, em comparação a produtos primários que predominaram até então como o café. Sua principal observação está em demonstrar que o país recebeu recursos no montante considerável de até US\$ 2,5 bilhões em valores correntes de 2012, quando as commodities atingiram cotação mais alta, por consequência do interesse conjuntural nos recursos petrolíferos e minerais. A especialização da Colômbia nesse setor, e mesmo da

---

6 CARVALHO E SILVA, L.A. Será a Vez da Venezuela? Disponível em: <https://jornalggn.com.br/america-latina/sera-a-vez-da-venezuela-por-luiz-alberto-melchert-de-carvalho-e-silva/>

América latina como um todo no setor primário, resulta das reformas liberalizantes dos anos 1990, em contraste ao movimento industrializante que caracterizou as décadas anteriores. Tal entrada de recurso não gerou, entretanto, melhora no quadro social nem tampouco estabilizou a dinâmica macroeconômica no país. Os confrontos entre os guerrilheiros aumentam consideravelmente os custos de produção (ICO ORDÓÑEZ; 2020) e a recente eleição de Gustavo Petro (2022) fez uso de uma conclamação nacional por paz para superar esses efeitos negativos.

## A governança pelo “caos”

Com o fim do “boom” de commodities nos anos 2010, o crescimento econômico das economias latino-americanas amparado principalmente pela exportação de bens primários foi seguido por um período de baixo dinamismo da atividade e pela ascensão política de propostas neoliberais, cuja preocupação principal esteve na contenção tanto dos déficits públicos como do papel do estado na economia, com políticas econômicas de austeridade e contração monetária.

A dinâmica de acumulação de capital financeiro pelas economias centrais acarreta uma subjugação das economias centro-periféricas, na qual a dívida pública se transforma em dívida externa, tornando-se onerosa a boa parcela da população, por sua vez submetida aos custos por meio de tributação excessiva e, na maioria dos casos, regressiva. Segundo Pires (2020) essa subjugação se dá pela transferência dos fundos especulativos, por meio do pagamento dos juros da dívida pelo estado, de maneira que é operada uma transferência de riqueza da sociedade como um todo para bancos e o sistema financeiro em geral. Tal política de “transferência” de renda, por um lado, e a pauta de governabilidade mais atrelada a aspectos conservadores, como moral e bons costumes, por outro, fizeram com que os governos neoliberais, ligados aos grupos políticos de direita, solidificassem junto à sociedade sua ascensão em várias das economias latino americanas na última década. O reflexo foi uma ruptura nas relações com os governos anteriores, de base política social-democrata e estruturados numa base de redistribuição de renda e maior intervenção estatal, objeto de críticas pelos formuladores de política ortodoxos.

Em paralelo à volta do neoliberalismo na região, práticas da ultradireita reacionária que se aglutina paulatinamente desde a década de 2010 serviram como base para vencer eleições, por exemplo as “fake news” ou simplesmente notícias falsas difundidas de forma sistemática por redes sociais ao largo da imprensa tradicional, utilizadas significativamente nos processos eleitorais do referendo pela permanência do Reino Unido na União Europeia e mesmo nos Estados Unidos em 2016, onde tanto o “Brexit” como Donald Trump simbolizaram tais limites (ou falta de). O modelo da desinformação utilizada comum a esses grupos de direita foi posteriormente assimilado por Bolsonaro nas eleições de 2018 no Brasil, que após sua posse confirmou alinhamento ideológico ao grupo de Trump. Relação que Lima e



Albuquerque (2019) definiram como modelo de “autonomia pela participação” e “autonomia pela diversificação”, ou seja, representam características políticas ditadas mormente pelo ambiente externo e em algum período histórico ou de um governo específico, no qual a postura brasileira seguiria um “americanismo ideológico” caracterizado pela concessão de benefícios sem contrapartida ou concessão de alinhamento incondicional (IBID, 2019, p.16 apud MEDEIROS, VILLAS-BOAS, ANDRADE, 2019).

Esta estratégia de alinhamento sem contrapartidas e com ruptura de ligações entre o estado e a sociedade será abordada por alguns autores como uma estratégia do “caos administrado”, na qual os Estados Unidos exerceram influência não direta na região estratégica.

A tese que Korybko (2018) defende tem três eixos centrais: a) a luta pela manutenção da hegemonia estadunidense, ou em outros termos, a renovação do imperialismo; b) as Revoluções Coloridas; c) as Guerras Irregulares. O primeiro eixo diz respeito à motivação estadunidense para agir, enquanto o segundo e terceiro são relativos ao modo de agir (TOLEDO; RITROVATI, 2021, p.46 apud KORYBKO, 2018)

Essa política trata de uma posição estratégica do país dominante, no caso dos Estados Unidos, pois possui o maior poderio financeiro e tecnológico, apropriando-se de grande influência nas áreas estratégicas desses países subordinados a essa sua teoria de desenvolvimento. O grande espectro de influência nessa região não se retém apenas aos países subordinados, mas alcança também, e principalmente, os países que poderiam exercer qualquer interferência à supremacia estadunidense, atualmente China e Rússia, para retardar e mesmo impedir o desenvolvimento dessas potências econômicas, que afrontariam a supremacia dos Estados Unidos. Estes utilizam-se da “criação do caos” em regiões estratégicas por meio da intervenção em conflitos e em determinadas situações no fomento deliberado de intrigas entre grupos políticos, ainda que se saiba que as chamadas formas “indiretas” sejam mais comuns, como pela via da supremacia econômica e o estabelecimento de sanções ou mesmo pela competição acirrada dos grupos americanos, ou ainda pelo “*soft power*”<sup>7</sup> da popularização da cultura e da emulação do padrão de consumo dos estados Unidos nos países latino-americanos.

## A CONJUNTURA PÓS-PANDEMIA

Os países sul-americanos têm sofrido impactos econômicos diversos na última década (2011-2020), sejam elas de origem interna ou externa. Crises econômicas acabaram sendo agravadas pela pandemia do novo coronavírus<sup>8</sup>. Isto evidenciou fragilidades política,

7 NYE, Joseph S. The future of soft power in US foreign policy. *Soft Power and US Foreign Policy*, Routledge, 2010, pp.16-23.

8 Sars-Cov-2, causador da Coronavirus Disease 2019 ou Covid-19, acarretou restrições à mobilidade durante o ano 2020 e o primeiro trimestre de 2021. Teve origem no sul da China, mais especificamente na cidade de Wuhan, província Hubei, onde os primeiros casos foram registrados e notificados em dezembro de 2019, passando por todos os níveis de estágios da classificação sanitária, desde surto até ser declarada pandemia em março de 2020, pela Organização

social e econômica. As dificuldades econômicas remetem ao contexto de insatisfação social evidente desde o final 2013, quando movimentos no Brasil desencadearam uma série de protestos por melhoras no restante da região. No decorrer da década de 2010, outras enfermidades foram enfrentadas na região antes da pandemia de Covid-19 nesse período, de modo que paralelos podem ser investigados. A pandemia mostrou que paira sobre a população o sentimento de desamparo, em comparação à maioria dos países desenvolvidos que adotaram políticas de expansão dos gastos públicos para combater a crise econômica e investiram pesadamente em saúde, algo que se verifica principalmente pela corrida pela vacinação. O descompasso com o restante do mundo ficou latente uma vez que não se conseguiu implementar ações efetivas de isolamento social, por um lado pela sua estrutura social, onde a prevalência é de trabalho informal, e do outro pelos constantes embates políticos e ideológicos que geram manifestações e aglomerações, mesmo negacionistas em relação à pandemia.

A América do Sul<sup>9</sup> concentrava cerca de 5,5% da população mundial em 2020 e 59,3% de todo o PIB de toda a América Latina & Caribe.

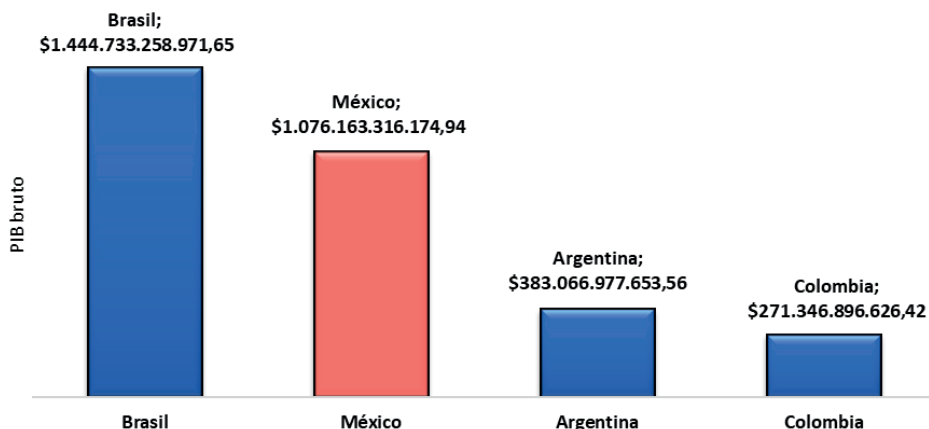


Gráfico 1. As maiores economias da América Latina e Caribe em 2020. (Em US\$ Dólares em 2020)

Fonte: Banco Mundial / Elaboração Própria.

As principais economias do Mercosul são Brasil, Argentina e a Colômbia, além de serem as principais da região sul-americana e também da América Latina e Caribe, junto ao México, estando em 1º, 3º e 4º lugares, respectivamente. Agrupavam cerca de 44,7% do PIB da América Latina & Caribe e 75,3% do PIB da América do Sul (gráficos 1 e 2) no

Mundial da Saúde

9 Composta por doze países e a Guiana Francesa (departamento ultramarino e região da França) em que pese o principal acordo da região, o Mercosul, tendo como estados-parte Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia, sendo que Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname, apresentam-se como estados associados. A República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia. Fonte: Página oficial (mercosur.int). O Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão.

ano de 2020. Dentre as maiores, o Brasil é o caso mais emblemático, com alternância de visões econômicas após a redemocratização em 1988, o país já experimentou as vertentes econômicas (neo)liberal entre os anos de 1990 e 2002 (com práticas de abertura econômica, desestatização, quebra de monopólios estatais e controle macroeconômico, através do tripé-macroeconômico), logo após, o (novo/social) desenvolvimentista de 2002 a 2016 (com políticas econômicas e sociais voltadas à redistribuição de renda, maior intervenção estatal e a expansão de políticas públicas já existentes) e, desde agosto de 2016, uma retomada do (neo)liberalismo (de movimentos e políticas reduzindo a presença do estado, austeridade fiscal, flexibilização das leis trabalhistas, reformas da previdência e da administração pública).

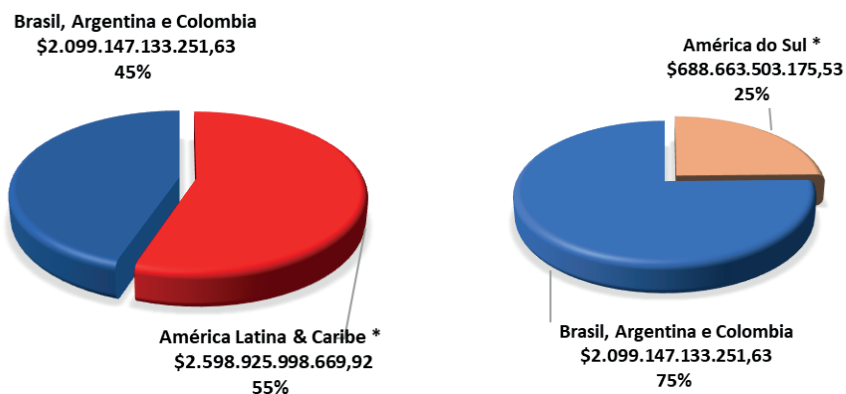


Gráfico 2. Participação de Brasil, Argentina e Colômbia no PIB da América do Sul e da América Latina & Caribe em 2020. (Participação percentual em US\$ Dólares, em 2020)

Fonte: Banco Mundial / Elaboração Própria

Obs.: \* Representa a separação Brasil, Argentina e Colômbia dos outros países dessas regiões

A Argentina voltou-se às práticas do bem-estar comum, apesar de também passar por alternância de políticas ao longo da década (2011-2020), retomando iniciativas de redistribuição de renda e reforço da presença do estado pelos governantes que seguem o Peronismo<sup>10</sup>, após as experiências igualmente (neo)liberais entre 2015-2019 (DI TELLA, 2012).

A Colômbia enfrenta conflitos entre liberais e conservadores desde 1953, somados aos guerrilheiros ligados ao narcotráfico, às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e ao Exército de Libertação Nacional (ELN), além dos grupos paramilitares, Autodefesa Unidas da Colômbia (AUC) e as Forças Armadas, de forma que a política colombiana passou por diversas mudanças institucionais, assim como a econômica, sem linha de pensamento político-econômico hegemônico, e apesar de todos os entraves, com

<sup>10</sup> Movimento político argentino iniciado por Juan Domingo Perón na década 1940 cuja filosofia tem centralidade no nacionalismo populista.

o passar dos anos, houve uma fortificação das estruturas públicas focando principalmente no ensino.

As mudanças ocorridas no desenvolvimento da região podem ser observadas na comparação a Purchasing Power Parity (PPP) (Paridade pelo poder de compra, PPC) utilizado para reduzir as distorções das taxas de câmbio, custo de vida e rendimento, e assim se aproximar do valor real da economia (RONDINEL Et. al 2005). (Gráfico 3)

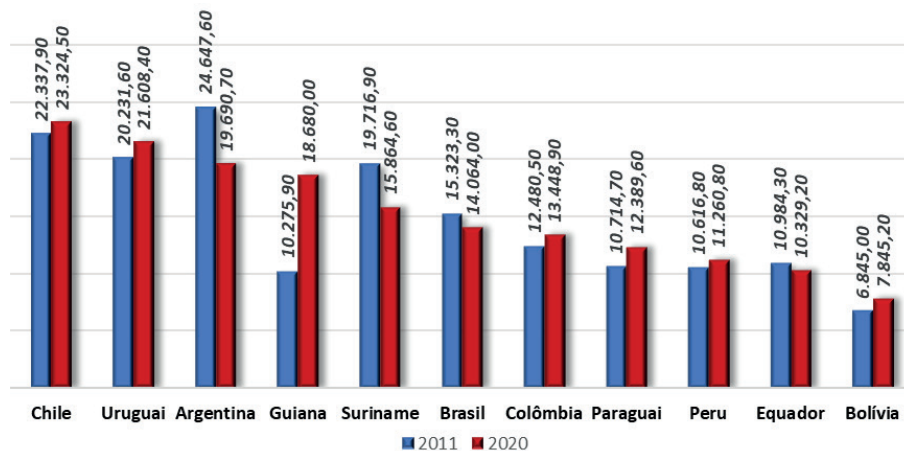


Gráfico 3. Poder de compra das economias do Mercosul, exceto a Venezuela. (Comparação entre o PPP de 2011 e 2020, em US\$ Dólares).

Fonte: Banco Mundial (The World Bank – 2020) / Elaboração Própria.

Na tabela 1, é possível notar que as maiores economias sofrem retrações significativas em seu poder de compra, enquanto se destaca o desempenho da Guiana com elevação de 81,8% em seu poder de compra e sendo também o único país do Mercosul a acumular crescimento positivo no PIB de 43,5%. Durante o mesmo período, Brasil, Argentina e Colômbia tiveram as respectivas variações de  $\Delta$ PPC (-8,1%) e  $\Delta$ PIB (-4,1%),  $\Delta$ PPC (-20,1%) e  $\Delta$ PIB (-9,9%) e  $\Delta$ PPC (7,8%) e  $\Delta$ PIB (-6,8%).

Variação PPP, per capita (2017)		Variação PIB nominal (anual%)	
Guiana	81,8	Guiana	43,5
Paraguai	15,6	Paraguai	-0,6
Bolívia	14,6	Brasil	-4,1
Colômbia	7,8	Chile	-5,8
Uruguai	6,8	Uruguai	-5,9
Peru	6,1	Colômbia	-6,8
Chile	4,4	Equador	-7,8
Equador	-6,0	Bolívia	-8,8
Brasil	-8,1	Argentina	-9,9
Suriname	-19,5	Peru	-11,1
Argentina	-20,1	Suriname	-15,9
Venezuela*	---	Venezuela*	---

Tabela 1. Variação do Poder de compra e do PIB nominal das economias do Mercosul, exceto a Venezuela. (Variação acumulada da PPP e do PIB de 2011 a 2020,  $\Delta\%$ )

Fonte: Banco Mundial (The World Bank – 2020) / Elaboração Própria.

\* A Venezuela não contém dados para estar análise

Argumenta-se que há um processo de desindustrialização gradual ocorrendo ao longo da última década, cujas armadilhas mais comuns se manifestam na doença holandesa<sup>11</sup> e na exposição externa, devido à dependência de capitais estrangeiros, como empréstimos, financiamentos e emissão de novos títulos ao mercado internacional (BRESSER-PEREIRA, 2007; MARCONI, 2007; OREIRO, 2012). A economia latino-americana não tem grande capacidade produtiva, fator comumente encontrado nos países em desenvolvimento. Movimento comum e corriqueiro nos países com abundância de recursos naturais, principalmente commodities agrícolas e minerais, tende a impactar a economia local que a priori passa a depender de produto importados, gerando déficits na balança comercial desses países e uma hipervalorização cambial, impactada pelas oscilações nos preços dos recursos no mercado internacional e a entrada de capital estrangeiro para financiar os gastos públicos e fomentar o investimento privado.

Tobar e Linger (2020) levantam evidências de sucessivos problemas enfrentados pelos países da América Latina e do Caribe no combate à pandemia de covid-19, enfatizando a ausência de coordenação efetiva no enfrentamento dos problemas e do prejuízo causado pelo assim chamado “negacionismo”, a postura relutante de governos face ao impacto da doença e mesmo contrária a políticas públicas de contenção do espalhamento do vírus. O maior problema decorrente da pandemia é o impacto desigual sobre a população, indicam os autores, uma vez que o desemprego causado pelo interrompimento de serviços de interação social direta foi elevado e o contágio desenfreado impacta severamente

<sup>11</sup> A doença holandesa é o fenômeno econômico ocorrido na Holanda, durante a década de 1960, com a descoberta de uma reserva de gás natural que sobrevalorizou o câmbio a ponto de a exportação de recursos naturais suprimir a de produtos manufatureiros.

comunidades pobres, levando multidões ao sistema de saúde.

O primeiro setor (extração de matéria-prima) e o terceiro setor (venda de bens e serviços), são os principais agregados que compõem o PIB desses países, setores que sofreram fortes impactos econômicos ocasionados pelos lockdowns, resultando em quedas 6,3% no PIB da América do Sul & Caribe<sup>12</sup>, impactando fortemente o comércio, a indústria e o turismo, além da venda e a extração de commodities, tanto minerais, que representam 9,9% do PIB, quanto agrícolas, que por sua vez representam cerca de 51,6%<sup>13</sup> do PIB da região em 2020. Nesse mesmo ano, com a propagação do novo coronavírus e as dificuldades em manter o distanciamento social na região, por conta de grande parte da população economicamente ativa atuar de maneira informal e residir em favelas ou comunidades carentes e muito populosas, sem o devido acesso ao saneamento básico, elevou-se o número de contaminados (THOMAS, 2020).

O terceiro setor vêm se tornando a locomotiva econômica da América Latina, por conta da vulnerabilidade desses países a crises exógenas por choques internacionais de preços, e fatores endógenos como as deficiências nas políticas públicas. Assim, a condição econômica é frágil devido ao fato de os sistemas financeiros, ainda em estágio pouco avançado, denotarem o caráter periférico e a produção industrial estar extremamente restrita quando não diminuindo. A posição periférica e mesmo dependente desses países da tecnologia dos países desenvolvidos provoca uma situação de constantes déficits na balança comercial e os obriga a recorrer a empréstimos internacionais para honrar os pagamentos do serviço da dívida (GRANATO; BATISTA, 2018).

No terceiro setor encontram-se o comércio e o turismo, que têm sofrido os reflexos das crises sanitárias desde 2009, quando do surto H1N1 derrubou em 80% na compra de pacotes turísticos para a América do Sul em julho. Os primeiros relatos da gripe têm sua origem no México em março daquele ano, sendo declarada pela OMS como pandemia em junho seguinte. Em 2016, novamente o turismo na região sofre um impacto significativo agora por conta de uma epidemia da Dengue, doença transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti* e que impacta a região desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

A cada ano têm ocorrido picos cada vez maiores de dengue, com um maior número de infectados e em intervalos menores, incutindo aos países da região grandes instabilidades políticas e econômicas, com consequências ainda piores de mutações nos vírus sendo ainda mais danosas aos infectados, como os casos dos da Zika e a Chicungunha. De acordo com a OMS, são surtos epidêmicos que registram mais de 2,2 milhões de casos<sup>14</sup>. A covid-19 matou mais de 5 milhões de pessoas<sup>15</sup> <sup>16</sup> com impacto mundial por conta

---

12 Queda correspondente a América do Sul & Caribe. Dados obtidos no Open data do Banco Mundial (World Bank).

13 Dados retirados do Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, 2020. Cap. 2 p.34 - Cepal

14 A Panamerican Health Organization registrou em 2016, 2.249.842 milhões de casos de dengue, onde o Brasil foi o epicentro da doença com 64,5% dos casos, sendo de 1.438.624 confirmados pelo Ministério da Saúde Brasileiro.

15 Fonte: OPAS - Organização Pan-americana de Saúde, OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde; OMS - Organização Mundial da Saúde.

16 Dados do dia 14-11-2021 epicentro da doença com 64,5% dos casos, sendo de 1.438.624 confirmados pelo Minis-

de inúmeras vidas perdidas e o colapso das estruturas de saúde ao redor do mundo e evidenciando as dificuldades das regiões mais pobres e a desigualdade do globo.

Apesar de todas as informações disponíveis atualmente nos mais diversos meios de comunicação, por conta das mais de 32 organizações regionais da América Latina & Caribe e as organizações ligadas a ONU, os países dessa região ainda enfrentam grandes problemas no que tange à coleta de dados ao analisar as estruturas básicas. Muito da dificuldade em encontrar essas informações decorre da elevada defasagem e da inconsistência dos dados existentes, pela falta de organização dos órgãos responsáveis, isso quando há coleta e divulgação. Sem levar em conta que, junto com o continente africano, os sul-americanos acompanham denúncias de corrupção em paralelo a uma das maiores ondas migratórias forçadas do planeta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da pandemia ocasionada pela covid, as falhas econômicas, políticas e sociais, ocorridas na América Latina e no Caribe ao longo da última década, foram evidenciadas. Os elevados problemas sócio estruturais da região tiveram forte impacto, tanto no elevado número de infectados quanto no elevado número de óbitos em decorrência da doença. A principal dificuldade enfrentada na crise econômica foi a sobreposição dos efeitos negativos do fechamento do comércio e da estrutura deficiente na maior parte da região, algo que evidenciou a dependência do primeiro setor e mesmo dos países avançados.

A corrosão da indústria dentro da América Latina, está levando a um processo de deterioração do meio ambiente e de desgaste dos meios de subsistência da região, as altas nos índices de desigualdade social são propagadas por fatores endógenos ao sistema econômico desses países. Eventos como a crise financeira de 2008, a Guerra Comercial entre EUA e China em 2019 e a Pandemia em 2020 denotaram agravantes conjunturais a um processo mormente estrutural de recrudescimento industrial, em que pese o papel preponderante que Brasil, Argentina e Colômbia poderiam ter, mas, ao contrário, arrastam toda a região numa trajetória de precarização produtiva.

Os países latino-americanos, por serem em maioria players concorrentes na venda e extração de commodities, que sabemos ser bens de baixíssima produtividade, leva-os a efeitos macroeconômicos indesejados, como a sobrevalorização cambial decorrente da entrada de moeda estrangeira, altas taxas de inflação e um amplo e gradual processo de desindustrialização, deixando-os expostos a gargalos estruturais e a choques cíclicos no comércio internacional. Do ponto de vista do arranjo distributivo interno, acarreta a concentração de renda em grupos exportadores, eleva o custo de vida elevado e gera uma instabilidade política e econômica pelo tensionamento social.

A volatilidade econômica e política desses países e uma riqueza abundante de recursos naturais torna esses países dependentes daqueles com vantagens comparativas e sujeitos à influência do “caos como método” de dominação. Ao longo da década, as principais crises sofridas por esses países foram geradas no mercado internacional e transmitidos ao cenário interno.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico; MONTEIRO, Filipe; SMIDERLE, Afonso. A criminalização dos protestos do movimento passe livre

ARAÚJO, Valdelaine E. M.; BEZERRA, Juliana M. T.; AMÂNCIO, Frederico F.; PASSOS, Valéria M. A.; CARNRIRO, Mariângela. Aumento da carga de dengue no Brasil e unidades federadas, 2000 e 2015: análise do Global Burden of Disease Study 2015 – p. 205-216

BANCO MUNDIAL. A Economia nos Tempos de Covid-19 - Relatório Semestral Sobre a Região da América Latina e Caribe. Gabinete Do Economista-Chefe Para A América Latina E Caribe E A Prática Global De Macroeconomia, Comércio E Investimento (BIRD - AID) – 12 de abril de 2020

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Júlia de Souza Borba; SAMURIO, Sôfia Escobar. Desintegração Econômica e Fragmentação da Governança Regional na América do Sul em Tempos de Covid-19. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 27, p.125-146 2020

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. Revista Estudos Avançados vol.16 nº.11, p.83-96 - São Paulo 2002. Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP)

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P.N. (et al.). Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.99-144

BÉRCENA, Alicia; CIMOLI, Mário; GARCIA-BUCHACA, Raúl; OCAMPO, Rolando; SHAW, Sally. Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, 2020. Cap. 2 p.34 - Cepal

BIELSCHOWSKY, R. (Org). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000

BRESSER-PEREIRA, L. C. e MARCONI, N. (2009) Doença holandesa e desindustrialização, Valor Econômico, v.1 n.1, p.1-4, nov./2009. Disponível em <[http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca\\_holandesa\\_e\\_desindustrializacao.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. Doença holandesa – São Paulo 2007-2012

CANO, W. (2014) (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-174, dez.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada; estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução por Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004



CONTI, B. M.; PRATES, D. M.; PLIHON, D. (2015). A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia E Sociedade*, 23(2), 341-. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642146>

DEOS, Simone S.; MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro; WEGNER, Rubia C. Cooperação financeira no Mercosul e o financiamento do investimento - *Nova Economia* Belo Horizonte, vol. 23 nº1, p.155-184 - janeiro-abril de 2013

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. NIEMBRO, Andrés; SIMKIEVICH, Cecília; WEGNE, Daniela; RAMOS Rubia - *Perspectivas do Investimento na Dimensão do Mercosul e da América Latina* – Instituto de Economia da UFRJ e Instituto de Economia da UNICAMP - Agosto de 2009

DI TELLA, Torcuato S. *História social da Argentina contemporânea*. Coleção: Relações Internacionais. Brasília, 2017. Cap.21 p 303-320.

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital - Uma história do Sistema Monetário Mundial*. São Paulo. Ed. 34, 2000.

FURTADO, C. (2020). *Formação econômica do Brasil*. Companhia das Letras.

GADELHA, R.M.A.F. (org.) *Mercosul a UNASUL: avanços no processo de integração*. São Paulo: EDUC, 768 p. 2013

GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Regionalismo e desenvolvimento na América do Sul. *Revista Debates*, v. 12, n. 2, p. 201-222, 2018.

HAINES, Andres Ferrari. *Argentinas antes do Peronismo e a Economia Peronista Cooperação financeira no Mercosul e o financiamento do investimento*— Cap. 2 e Cap3 Porto Alegre, 2008

HECK, Fernando; PERPETUA, Guilherme; JUNIOR, Antônio. *Operação Carne Fraca: a podridão vai muito além da carne!* [https://www.researchgate.net/publication/331079476\\_OPERACAO\\_CARNE\\_FRACA\\_a\\_podridao\\_vai\\_muito\\_alem\\_da\\_carne?enrichId=rgreq-81367fdf65420de0df30fc7a7966663a-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMzMTA3OTQ3NjtBUzo3NTgxNTMxMzg0Mjk5NTVAMTU1Nzc2OTlwMjg5Mw%3D%3D&el=1\\_x\\_2&\\_esc=publicationCoverPdf](https://www.researchgate.net/publication/331079476_OPERACAO_CARNE_FRACA_a_podridao_vai_muito_alem_da_carne?enrichId=rgreq-81367fdf65420de0df30fc7a7966663a-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMzMTA3OTQ3NjtBUzo3NTgxNTMxMzg0Mjk5NTVAMTU1Nzc2OTlwMjg5Mw%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf)

ICO ORDÓÑEZ, Lina. "Análisis de la inversión pública en el sector agropecuario en Colombia (2010 - 2020)". Repositorio Institucional UMNG. Universidad Militar Nueva Granada. 2020. Web. 2 mar 2022

KOBYBKO, Andrew. (2018) *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*. Editora Expressão Popular; 1ª edição 174 páginas

LACERDA, Antônio Corrêa; BOCCHI, João I.; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. Saraiva. 6ª edição – São Paulo, 2018.

LIMA, Nísia Trindade, BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUSA, Rômulo. *Conhecendo o Sars-CoV-2 e a Covid-19. Diplomacia da saúde e Covid-19 - reflexões a meio caminho*. Fiocruz; Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020

LIMA, Maria Regina Soares; ALBUQUERQUE, Marianna. (2019) *Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa*. Boletim OPSA, ISSN 1809-8827, N. 1, Jan./Mar

MARINI, R.M. Dialética da dependência. Petrópolis, Vozes, 2000. Emir Sader (org.)

MEDEIROS, K.P.; VILAS-BOAS, V.; ANDRADE, E. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Março/2019, Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/>

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. (2010) Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun.

PEDROSA, Oswaldo; CORRÊA, Antônio. A Crise do Petróleo e os Desafios do Pré-sal. Boletim de Conjuntura. Rio de Janeiro- fevereiro, 2016 - FGV Energia

PERUFFO, L. Integração monetária e financeira na América do Sul: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multimonetário. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

PIRES, Olívia Carolino (2019) Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina. Revista Estudos do Sul Global, No1. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

PREBISCH, R. (1949) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. Revista Brasileira de Economia, v. 3 n. 3

REDONDO OCHOA, José David. História Econômica e Comércio Exterior na Colômbia: O Setor Minerio-Energético e o Aprofundamento do Perfil Primário-Exportador do País pós-1990. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia. Campinas, 2018

RONDINEL, Ricardo; SONAGLIO, Cláudia; PEDROSO, Ledi. Economia chilena: Exemplo a ser seguido? Revista e Desenvolvimento Econômico, nº17, p. 27-48 Universidade Federal de Santa Maria 2005

SALEME, Edson Ricardo. Pandemia e Crescimento Interno e Regional: fortalecimento de parcerias pós crise de coronavírus - Departamento de Direito Ambiental Internacional Universidade de Santos p. 97-107- Comissão Permanente de Publicações Oficiais e Institucionais – CPOI. São Carlos, 2020

SCHNEIDER, Cristina; OLIVEIRA, Marília Santini. Resposta à Pandemia da Covid-19 pela OMS e Opas. Diplomacia da saúde e Covid-19 - reflexões a meio caminho Cap.8 p.117. Fiocruz; Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020

SILVA, Deborah. Os efeitos da operação carne fraca na imagem do Brasil

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. Revista Estudos Avançados. vol.23 nº. 66; p. 91-102 - São Paulo 2009 Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP)

SPINA, Roberto. O movimento passe livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013. Publico-41262.pdf (unifesp.br)

STIGLITZ. A Globalização e seus malefícios. São Paulo: Futura, 2002

TAVARES, M.C. (1985) A retomada da hegemonia norte-americana. Brazilian Journal of Political Economy, Vol. 5 No. 2 (1985), Apr-Jun

\_\_\_\_\_.; SERRA, J. (1972) Além da estagnação. In: TAVARES, M.C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar

THOMAS, Frédéric. América Latina e Caribe diante da Covid-19. Revista Lutas Sociais vol.24 n°.45, p.245-263 - São Paulo 2020

TOBAR, Sebastián; LINGER, Carlos. América Latina e Caribe: entre a Covid-19 e a crise econômica e social. Diplomacia da saúde e Covid-19 reflexões a meio caminho cap.13 p. 199. Fiocruz; Rio de Janeiro, 2020

TOLEDO, José Paulo; RITROVATI, Talissa Gabriela. (2021) Guerra Híbrida: Análise De Uma Perspectiva. Revista Conjuntura Global v. 10, n. 1 DOI: 10.5380/cg.v10i1.75867

ZABALA, David Sebastián Terán. Impacto Economico en el Comercio de la Ciudad de Tulcán por la Devaluación del Peso Colombiano Durante la Última Década (2010-2019). Universidad de los Hemisferios – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales – Quito, 2020